



Fevereiro 2021

# DADOS ICOR 2020

- Os dados provisórios demonstram que estávamos num percurso muito positivo na evolução do risco de pobreza, da intensidade laboral muito reduzida e das desigualdades sociais em 2019. Houve uma redução importante destas taxas, um aumento do rendimento mediano e um aumento do impacto das prestações sociais na redução da pobreza.
- No entanto, a intensidade da pobreza aumentou segundo os rendimentos de 2019, o que reflete uma maior distancia dos rendimentos da população em situação de pobreza face ao limiar de pobreza (e o rendimento da população nacional)

## Privação Material

- O indicador de privação material, recolhido entre abril e setembro de 2020, apresenta uma redução da proporção da população que não consegue adquirir um conjunto de bens e de serviços. No entanto, no item que demonstra uma dimensão mais intensa da pobreza (a dificuldade em ter uma refeição de carne ou peixe pelo menos de dois em dois dias), o indicador aumentou em 9% (2.3% para 2.5%).
- Os dados disponibilizados não são suficientes para percebermos a invisibilidade do impacto da crise pandémica, do desemprego e da redução de rendimentos neste indicador. No entanto, não podemos esquecer que a pandemia acarretou grandes desigualdades sociais levando a que uma parte tenha perdido rendimentos e outra tenha conseguido poupar. Segundo os dados do Banco de Portugal, no segundo trimestre de 2020 a taxa de poupança dos particulares foi de 22.2% enquanto que no período homólogo de 2019 foi de apenas 10.6%. Ao longo desta serie temporal (que inicia em 1999), os particulares nunca tiveram esta capacidade de poupança<sup>1</sup>. Se olharmos para o 3º trimestre de 2020, a taxa de poupança baixou para 7.2% quando no período homólogo de 2019 era de 5.8%. De facto, para quem não perdeu rendimentos, a redução dos custos com educação dos filhos (redução ou ausência de mensalidades com creches, ATLS, colégios, etc) e um menor consumo causado pelo fecho ou constrangimentos de funcionamento de vários sectores permitiu um aumento da capacidade de poupança.
- Este indicador de privação material revela ainda um aumento da privação material entre os idosos, onde a privação material passa de 16.3% em 2019 para 17.3% em 2020.



OBSERVATÓRIO  
NACIONAL  
luta contra a pobreza

<sup>1</sup> Os valores mais elevados da taxa de poupança dos particulares foram alcançados no 2ºT de 1999 (19.9%), no 2ºT de 2002 (19.2%) e no 4ºT de 2009 (18.2%).

## Saúde

Os dados divulgados analisam alguns indicadores relacionados com saúde que são interessantes na demonstração da relação entre problemas de saúde e risco de pobreza

São os que têm apenas o ensino básico que possuem menor autoapreciação de um estado de saúde bom ou muito bom. Essa autoapreciação foi menor em 2020 do que em 2019. Também os reformados têm uma autoapreciação mais negativa ainda que com uma melhoria face a 2020.

O risco de pobreza é mais elevado para quem tem uma autoapreciação do estado de saúde mais negativa (27.3% da população que considera o seu estado de saúde como mau ou muito mau estavam em risco de pobreza)

As doenças crónicas ou problemas de saúde prolongados (6 meses ou mais) afetavam 80.6% da população sem qualquer nível de ensino completo e 51.6% dos que têm ensino básico; 73.8% da população com 65 anos ou mais; 73% dos reformados e cerca de 41% dos desempregados e outros inativos.

O risco de pobreza na população com doença crónica ou problemas de saúde prolongados era de 18.5%, comparativamente com 13.8% da população sem estas condições de saúde.

O risco de pobreza é mais elevado quando existe alguma limitação na realização de atividades: 23.1% da população com limitação severa na realização de atividades estava em risco de pobreza, comparativamente a 19.2% dos que estão limitados, mas não severamente, e 13.6% dos que não estão nada limitados.

É de salientar ainda o decréscimo da proporção de pessoas que, por motivos financeiros, não puderam satisfazer a necessidade de receber cuidados médicos dentários nos 12 meses anteriores à entrevista: 7.9% em 2020, menos 1.7 p. p. que no ano anterior e menos 6.5p.p. em relação a 2015.

De forma semelhante, também a proporção de pessoas que, por motivos financeiros, não puderam satisfazer a necessidade de receber cuidados médicos diminuiu, tendo se situado nos 1.1% em 2020, menos 0.3 p.p. que em 2019 e menos 1.3 p.p. que em 2015.

# DADOS ICOR 2020

Entre os itens de privação material, alguns referem-se a itens de consumo que podem ter sido adquiridos antes da crise (automóvel, máquina de lavar roupa, telefone). São nos restantes itens que verificamos a existência ou não de uma disponibilidade financeira imediata (Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo; Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes; Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes; Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe e/ou equivalente vegetariano pelo menos de 2 em 2 dias). Com exceção do item relacionado com a alimentação que aumentou 9% face ao ano anterior, os restantes itens que implicam uma disponibilidade financeira imediata reduziram-se entre 5% (população que não conseguem pagar uma semana de férias por ano fora de casa) a 8% (Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida).



# DADOS ICOR 2020

## Pobreza e Exclusão Social

Relativamente à taxa de risco de pobreza: **16,2% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2019** (que compara com 17,2% em 2018), mantendo-se a **tendência para a redução do indicador**. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2019, à proporção de **habitantes com rendimentos monetários líquidos** (por adulto equivalente) inferiores a **6 480 euros anuais (540 euros por mês)**.

A taxa de risco de pobreza para os adultos em idade ativa diminuiu para **14,9% em 2019**, menos 2,0 p.p. que em 2018, mas os riscos de pobreza para os menores de 18 anos e para a população idosa aumentaram para **19,1% e 17,5%, respetivamente**. Verifica-se um agravamento da taxa de pobreza no grupo das crianças e da população idosa.

Em 2019, o **risco de pobreza reduziu-se para ambos os sexos**, de **16,6% para 15,6%** no caso dos homens, e de **17,8% para 16,7%** no caso das mulheres. No entanto continuam a ser as mulheres a estar mais vulneráveis à pobreza.

A taxa de risco de pobreza e exclusão social em 2020 foi **19,8%** (21,6% um ano antes) (**2 037 milhares de pessoas**)

In work poverty (Trabalhadores pobres): O **risco de pobreza diminuiu para a população empregada**, de **10,8%** em 2018 para **9,6%** em 2019.

Taxa de risco de pobreza para os desempregados também diminuiu de **47.5%** (2018) para **40.7%** (20219)

Agregados: Em 2019, o **risco de pobreza reduziu-se para os agregados sem crianças dependentes** (15,4%, menos 0,8 p.p. em relação a 2018) e para os **agregados com crianças dependentes** (17,0%, menos 1,3 p.p. que no ano anterior). No entanto, a **presença de crianças numa família ainda é fator de maior vulnerabilidade sobretudo para os agregados compostos por 2 adultos com 3 ou mais crianças** nos quais se verificou um **agravamento do risco de pobreza de 30.2%** (2018) para **39.8%** (2019).

FONTE: Inquérito "Rendimento e Condições de Vida 2020 (Dados provisórios)"- INE. Disponível em: [https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=415625695&DESTAQUESmodo=2](https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415625695&DESTAQUESmodo=2).